



Diário Oficial do **Município**

Câmara Municipal de Ibititá

quarta-feira, 11 de outubro de 2023

Ano XII - Edição nº 00187 | Caderno 1

Câmara Municipal de Ibititá publica



Praça Senhor do Bonfim | 29 | Centro | Ibititá-Ba

www.cmibitita.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
CC666F660863A9953BAB8FA66225BCF8

Câmara Municipal de Ibititá

SUMÁRIO

- ATA DA 06 DE OUTUBRO DE 2023.

Câmara Municipal de Ibititá

Outros



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE IBITITÁ
PRAÇA SENHOR DO BOMFIM, Nº 29,
CENTRO, IBITITÁ – BA.

Aos seis dias do mês de outubro de 2023, nesta cidade de Ibititá, Estado da Bahia, na Sala de Sessões as nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária na Câmara Municipal de Ibititá, sob a presidência da vereadora Maria Aparecida Santana da Silva Neiva, que inicialmente por meio do livro de presença, registrou-se o comparecimento de todos os senhores vereadores, que compõem o poder Legislativo Municipal, exceto o vereador Gleison Jose da Cunha, que por motivo justifica, não pôde comparecer a sessão; Dando início a Senhora Presidente, invocando a proteção de Deus, saudou a todos declarando aberta a sessão e logo em seguida determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada com ressalva pelo vereador Guimailton Reis. Dando prosseguimento, foram apresentadas as matérias do expediente do dia, que constaram: Projeto de Lei de nº 23/2023 – Que defini as diretrizes gerais a ser observada na implantação da política de educação na Escola de tempo integral. e Projeto de Lei de nº 025/ 2023 – que dispõe sobre autorização à chefe do poder Executivo Municipal para repassar o percentual de 60% dos valores do precatório, referente ao processo judicial, decorrente das diferenças do valor mínimo anual por aluno do FUNDEF. Conforme solicitado através de ofício, protocolado na casa, a secretaria de Assistência Social a Senhora Noelma Barreto usou a tribuna plenária para fazer esclarecimentos a respeito do atendimento do programa bolsa família, iniciando a fala, a senhora Noelma cumprimentou a mesa em nome da presidente Maria Aparecida, em seguida dissera que chegou ao seu conhecimento algumas inverdades sobre o atendimento do programa Bolsa Família na secretaria, onde estão dizendo que o atendimento vem selecionando pessoas; na condição de secretaria afirma que juntamente com a gestora do Programa a senhora Elita Brandao, vem buscando atender da melhor forma possível a população, atendendo todos os critérios requeridos pelo o programa, onde a principal regra, é que a renda de cada pessoa da família seja de, no máximo 218 por mês, ou seja, se um

Câmara Municipal de Ibititá

integrante da família recebe um salário mínimo (R\$ 1. 302) e nessa família há seis pessoas, a renda de cada um é de R\$ 217, 00. Portanto esta havendo muitas informações distorcidas de como funciona o programa Bolsa Família, onde esclarece que o bloqueio e o cancelamento que vem ocorrendo em relação ao benefício bolsa família, não são de responsabilidade do setor, nem do poder municipal; o CAD'ÚNICO cumprir apenas a função de identificar as famílias de baixa renda em nosso território de abrangência, bem como de realizar o cadastramento, registrando seus dados na base do CAD'Único. Assim sendo o setor mantém as informações atualizadas mediante entrevista com os cadastrados. Concluído a mesma dissera que o setor não prioriza atendimento e acolhe todos de forma igualitária. Prosseguindo os trabalhos da mesa, a senhora presidente dissera que por decisão da mesa diretora da casa, os projetos de lei ora apresentados, seguiram os critérios do processo de votação de forma regimental, onde, na próxima terça feira, serão discutido e analisados pelos membros das comissões pertinente a matéria e quarta feira serão votados individualmente na sessão ordinária.Em seguida a senhora presidente franqueou a palavra aos oradores inscritos;Fazendo uso da fala, o vereador Guimailton Reis, dissera que durante a semana os vereadores tiveram um momento de discussão, entre a bancada da situação e oposição, discussão essa que tem como finalidade de buscar o melhor para o povo de Ibititá, os parlamentares tem um consenso em comum, onde existe questões partidárias diferentes, porem no que se decorre ao povo, sempre chegam a um consenso entre as duas bancadas partidárias .E com referência ao projeto de lei, que trata dos precatórios dos professores, projeto esse, que houve varias discussões e questionamentos na casa durante a semana a respeito da forma que seria colocado em discussão e votação;e como parlamentar, cidadão e admirador dos profissionais da educação, no seu ponto vista,é que em sessões passadas, os parlamentares votaram no projeto de lei que trata do piso salarial dos enfermeiros, classe essa, super valiosa em sua contribuição na área de saúde para a sociedade brasileira,e hoje não muito diferente, onde tem um projeto de lei, relacionado a outra classe de suma importância, para a formação da sociedade brasileira, esse projeto na realidade , foi uma proposta baseada pelo município de Irecê, onde a própria classe adaptou o projeto. esse esboço foi enviado ao poder executivo, que na suas atribuições, enviou para o setor jurídico, que após a análise enviou o projeto lei na integra para essa casa.

Câmara Municipal de Ibititá

ainda coma fala, o vereador dissera que, se á legalidade na votação nesse projeto em dois turnos na votação de hoje,ele não iria se pronunciar antes de conversar com o assessor jurídico da casa Dr Dalmo, onde foi pediu ao assessor que junto a ele averiguasse na lei orgânica e no regimento da casa, a legalidade para aprovação desse projeto hoje com dois turnos, mediante as verificações o parecer da assessoria foi que há legalidade, não obstante, vários projetos já foram colocados em votação em dois turnos, inclusive o projeto de lei que trata do piso salários dos enfermeiros que foi aprovado por unanimidade, além de outros que foram aprovados com esses mesmos tramites, ai vem outro questionamento, se á caráter de urgência, falara por ele, se seu subsídio atrasar 10 dias, ele ficara desnortado, porque tem contas para pagar, imagine esperar mais de quatro anos, que é o período que esse processo ta em andamento, esperar por mais de quatro anos pelos seus direitos, os professores não estão aqui pedindo favor a ninguém mas sim, exigindo os direitos que são cabíveis,é um direito da classe, sem nenhuma demagogia, por tanto á sim urgência nessa adequação, onde há mais de 200 pais e mães de família que esperam ajustar seus direitos da classe . Continuando o vereador frisou a respeito dos 40% , onde sabemos que os 60% é direcionado aos professores, e os 40% deve ser investido na educação, sobretudo , existe um processo plano de ação , onde vais ser destinados a reformas de escolas , capacitações de professores entre outros beneficios na educação; portanto a Prefeita Nilva Barreto já se comprometeu a assinar um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), se comprometendo a enviar um plano de ação para essa casa, para fazer parceria com o executivo e com a classe, através de comissão , instituirão o plano de ação, para ser destinado onde serão aplicados os 40%.Concluindo o mesmo pediu encarecidamente a senhora presidente, onde a mesma também é professora que colocasse hoje o projeto de lei em votação.Em parte a senhora presidente se manifestou para dizer que , jamais como professora da rede, seria contra um projeto de lei que venha beneficiar sua classe, o medo seria colocar a proposta em votação e não ter o numero suficiente de voto para aprovação , mediante isso, colocaria para apreciação e discussão ate terça feira na casa e na quarta feira depois das adequações colocaria em votação na sessão.Em seguida a mesma afirmara que é professora sim, na qualidade de parlamentar vem defendendo a classe, foi a primeira pessoa a sentar com a prefeita juntamente com o professor Luiz

Câmara Municipal de Ibititá

Felipe e o vice prefeito Mateus Neves, para discutir sobre o projeto, bem como, procurou a prefeita pela segunda vez, para falar sobre o projeto em questão, porém não obteve êxito. A vereadora Edla Cristian, usando a tribuna livre saudou os companheiros e companheiras de luta da classe, em seguida fez um questionamento a categoria dos parlamentares, qual seria o vereador que vai se colocar contra uma classe de professores, seria burrice se um vereador falasse que seria contra, em seguida a vereadora dissera que vazou um áudio no watszap no grupo de uma família, onde uma pessoa dar uma opinião pessoal e se criou esse reboliço, havendo uma certa má interpretação, sobretudo temos que ter responsabilidade do que a gente faz e fala, e é por isso que vem batendo na mesma tecla, que a sociedade devem participar das sessões para conhecer o real papel do vereador, é fácil, pegar o microfone e dizer que estar do lado da classe, colocar o projeto hoje em votação, parecendo que o recurso já estar na conta, vamos ter coerência, os professores são formadores de opiniões, ser professor é muito bom ser elogiado, mas quem constrói uma sociedade diferente não é a profissão, e sim o caráter de cada um, seria muito cômodo, ela chegar aqui e colocar o projeto em votação, porém, age com responsabilidade, deixando claro que não estar contra o projeto, apenas deseja que não aconteça com esse dinheiro de agora o que aconteceu com os 19 milhões, vamos parar de olhar pra o nosso próprio umbigo e pensar mais lá na frente, a única coisa que sua bancada queria é que fosse colocado nesse projeto, é amarrar juntamente com os 60% que os 40% serão aplicados em reforma, construção, ampliação e formação de professores, haja vista que a prova SAEB de 2023(sistema de avaliação da educação básica) esta chegando, e qual foi o professor de Ibititá que foi preparado pra isso, como será nosso IDEB o ano que vem, assim a única coisa que sua bancada almeja é a amarração dos 40% para ser aplicados na área da educação, ainda com a fala, a vereadora dissera que na qualidade de professora, formadora de opinião, temos que ter consciência e responsabilidade com a verdade, com a justiça, com a política social e política partidária também, não é só ser elogiado como professor, mas também ter responsabilidade de ser um educador. Concluindo a mesma dissera que ouviu uma expressão que a magoou bastante, a expressão, " estão fazendo desse projeto massa de manobra política", vamos tomar cuidado com essa expressão, porque as vezes, aqueles que estão ali do nosso lado, estão

Câmara Municipal de Ibititá

também nos manipulando, quando você professor for emitir uma opinião,ouse os dois lados , busquem na justiça, busque, mais informações, pra ver quem é realmente que estão usando o projeto como massa de manobra,no entanto, em momento nenhum se posicionou contra o projeto da classe, desde de que, a proposta consta que, além dos 60% dos professores, os 40% sejam aplicados em melhoria na educação.O vereador Paulo Dourado por sua vez, dissera que ira iniciar sua fala, com frase tirada do texto que foi passado por um colega vereador: que os vereadores da oposição nunca fizeram nada, pela classe dos professores, e que iriam votar contra o projeto; vereadores oposicionista vão mais uma vez, prejudicar a classe –autora da frase – Jakeline Araujo ,segundo o vereador isso é uma injustiça com a bancada da oposição,onde o líder do movimento o Sr Luis Felipe, sempre procurou a bancada,para poder ajudar no movimento e os vereadores da oposição nunca negaram, chegando ao ponto do líder, lhe pedir para não postar nada nas redes sociais, porque existe alguns companheiros da classe, que acredita que se o vereador Paulo Dourado aparecer nesse movimento, prejudicara no entendimento com o poder executivo;sobretudo é muita injustiça da classe, haja vista que o vereador Paulo nunca se omitiu para lutar pelos educadores da rede. Continuando o vereador dissera que essa semana recebeu copia do projeto de lei ora em questão, onde pôde analisar a proposta friamente; já passou batido por um projeto tipo esse, onde o gestor da época gastou 19 milhões do precatório, pedindo autorização a Câmara. Para que, autorizasse os gastos na rubrica da educação e contudo prematuramente os vereadores autorizaram essas rubricas ,quando o ex prefeito começou gastar o dinheiro, procurou o ministério publico,onde foi orientado pelo promotor que entrasse com uma ação judicial , pedindo o plano de ação e assim foi feito,onde foram varias reuniões na sede da APLB com o líder do movimento o professor Luis Felipe, analisando empenho por empenho do dinheiro que estavam sendo gastos e formulando a denuncia; que logo após foi enviada para a policia federal e o resultado a classe sabe o que aconteceu. Quanto ao projeto de lei em discussão, segundo colegas e professores foi um modelo do municipio de Irece, porém com uma diferença, o prefeito de Irece com responsabilidade, enviou a câmara o plano de ação também para ser aprovado, então, o plano de ação veio junto com o projeto de lei do municipio de irece para ser aprovado, mas, o que te chamou mais atenção é a falta de consistência, para pagamento

Câmara Municipal de Ibititá

posterior desse 60%, onde existe um art. dentro do projeto que diz: o município de Ibititá, instituiu mediante decreto a ser editado uma comissão especial para acompanhamento de aplicação de recurso oriundos do precatórios, sendo que essa responsável pelo o levantamento, todos os dados de bonificação dos beneficiários, tempo de serviços carga horária, visando a elaboração da folha de pagamento, mediante esse art, questionou ao professor Luiz Felipe quais os critérios de distribuição de rateio para os professores mediante a liberação dos recursos, em resposta o mesmo dissera que será elaborado pela APLB, então sabe se que é uma comissão, e essa comissão so tem um representante da APLB, o resto praticamente é ligado ao poder executivo, contudo quem vai decidir sobre os critérios do rateio vai ser essa comissão que tem o controle da prefeitura, no ensejo o vereador afirmara mais uma vez que jamais seria contra os profissionais da educação, porem a maneira que esse projeto de lei veio a casa é inseguro demais, precisando de uma garantia e adequação para a classe de educadores. Deu ciência a classe dos professores, que a prefeitura contratou no mês de junho de 2023, um escritório de Recife Pernambuco, para correr atrás dos precatórios, que o município tinha direito que estavam retidos, pagando 15% do montante. Usando a fala, o vereador Ulisses Barbosa, inicialmente dissera que todo projeto que vem a essa casa, em prol do povo, nem vereador de oposição e nem vereador de situação é contra a proposta, e sim são a favor de adequações da proposta para qualificar e assegurar os direitos da classe. concorda também, que venha do poder executivo um projeto que vem amarra os gastos dos 40%, uma vez que, esses gastos devem serem aplicados na melhoria da educação, a exemplo da capacitação de professores e melhorias na infra estrutura das instituições escolares, finalizando o mesmo dissera que será sempre a favor da luta da classe. Por sua vez, a vereadora Lieni Seixas após cumprimentar a classe de educadores em nome da sua colega vereadora e professora Edla Cristian, afirmara teu reconhecimento e respeito pelos profissionais da educação, classe essa de suma importância para garantir uma educação de qualidade em nossa Ibititá. Portanto sempre será a favor de valorização com salários digno para a classe. Sobretudo não podemos também esquecer de frisar os direitos dos alunos, que é ter acesso um ensino de qualidade, ter acesso uma escola estruturada prevista em lei, que possua acessibilidade, segurança, organização e conforto. O vereador

Câmara Municipal de Ibititá

Geovane Souza inicialmente dissera que ira expor sua posição quanto as discussões abordadas, mas deixa claro que sempre acata opiniões quando construtiva de professores aliados ao seu projeto político, pois sempre deseja requalificar seu aprendizado como cidadão e parlamentar. Quando se colocou de não votar no projeto em discussão, foi a forma inconveniente que veio a casa parlamentar, sem clareza nenhuma quanto aos gastos para serem aplicados na educação; .Continuando o vereador dissera que nos anos de 2021 e 2022 foi muito perseguido nessa casa, a exemplos de falas inclusas no registro das atas e pedidos não atendidos de copias de gravações das sessões pela empresa responsável. Mas ressalta que , mediante reclamações e cobrança para atual presidente foi se amenizando as correções na casa, pela parte administrativa atual. Contudo deixa claro para a classe, que jamais seria contra os direitos dos professores, pois tem acompanhado a luta do movimento da educação. Em seguida o vereador frisou que essa casa parlamentar assegura por lei, que a matéria a ser votada deve estar disponível 10 dias de antecedência na casa, para que haja discussões e esclarecimentos quanto a proposta, no entanto, teve apenas 4 dias de antecedência copia do projeto, sobretudo necessitaria de mais estudo e esclarecimento do projeto em discussão, haja vista que, o projeto veio incompleto para suas mãos, portanto como votaria em um projeto de lei de suma importância sem um amplo entendimento. Mediante o projeto não estar na integra nas suas mãos, procurou a senhora presidente a qual disponibilizou copias unificadas do projeto para o mesmo, assim sendo, questiona classe como eles seriam a favor da proposta sem conhecimento do teor da redação na integra, contudo, após alguns estudos e esclarecimentos da professora Renata, pôde observar as adequações necessárias a ser feita na proposta, pois ao seu ver, poderia votar hoje no projeto de lei relacionado aos 60% e os 40% os vereadores poderia se reunir com a prefeita para discutir onde serão aplicados; mas diante dos esclarecimentos de alguns colegas o projeto de lei devem ser posto em votação em conjunto os 60 com os 40 %; Ainda com a fala, o vereador dissera que não poderá discutir e defender um processo que foi colocado na justiça em gestões pensadas, ate por que não estava na qualidade de parlamentar na época, portanto, defendera as ações judiciais da classe de 2020 pra Ca. E com isso, o mesmo concluiu, pedindo aos demais colegas, que apresentasse hoje a emenda ao projeto, assim votaria individualmente, para

Câmara Municipal de Ibititá

posteriormente ser adequado a proposta pelo poder Executivo. O vereador Celson Marques após os cumprimentos, disse que a discussão ora abordada na sessão é muito ampla, e por ele estar assumindo os trabalhos parlamentares a pouco tempo, nessa próxima quarta-feira pôde analisar a proposta, proposta essa, que vem de encontro ao piso nacional aos profissionais do magistério público da educação básica municipal; dito isso, entende ser de extremo interesse do município a aprovação desse projeto, portanto sempre será a favor da luta da categoria, mas ressalta que muitas vezes foi a favor da aprovação de projetos junto com demais colegas, que veio a essa casa pelo poder executivo, porém após sancionados o ministério público derrubou, sendo muito constrangedor para os vereadores, na oportunidade o vereador disse que participa de um grupo de WhatsApp, referente UVB união dos vereadores da Bahia, onde o assunto na época foi chacota no grupo dos vereadores de Ibititá, motivo esse, por falta de atenção, de estudo e de análise da proposta da parte dos vereadores locais; portanto pedi a classe um pouco de paciência, para que os vereadores junto a categoria amarrasse a proposta na legalidade, para a próxima sessão ser apreciada e votada. O vereador Humberto Neiva, por sua vez, endossa a fala dos demais colegas, no tocante ao reconhecimento e respeito da classe, dizendo que é a favor da sua valorização com piso salarial digno para os profissionais da educação. Contudo louva os discursos feitos pelos demais colegas, referente às adequações que o projeto de lei necessita, haja vista que além dos 60% os 40% também deve ser amarrados na proposta. A vereadora Maria Gilaide inicialmente disse que esteve reunida durante a semana com a prefeita Nilva Barreto, discutindo sobre o projeto, reunião essa que teve como resultado algumas mudanças no projeto, referente às adequações, mas diante disso, disse que não é pra fazer media com a classe nem tão pouco com os colegas, ou seja não é hora de palanque político, portanto pedi a mesa diretora da câmara, que façam da maneira correta o processo de votação, caso precise, a senhora presidente dar um intervalo de tempo na referida sessão, para que as emendas sejam apresentadas e votadas e posteriormente ser adequadas ao projeto para ser votado, até por conta do feriado nacional na próxima quinta-feira e ponto facultativo na sexta-feira. Prosseguindo os trabalhos da mesa, a senhora presidente cedeu o espaço para o assessor jurídico Dr. Dalmo, onde o mesmo esclarece que em observância ao projeto ele não é requerido em

Câmara Municipal de Ibititá

caráter de urgência, desse modo, se remete a uma questão técnica processual legislativo, pelo o regimento interno, no ensejo o mesmo apresentou o art 223 da lei orgânica, o qual trata de projetos de leis, na oportunidade o assessor jurídico da casa fez um amplo esclarecimento sobre o projeto em discussão. Nas suas conclusões finais, o vereador Paulo Dourado, apresentou requerimento, protocolado na secretaria da casa, para ser encaminhado ao poder executivo, requerendo que o município informe sobre o andamento que se encontra o processo do recebimento dos precatórios do Fundef, qual a previsão da liberação dos recursos, quais os critérios para o rateio dos 60% destinados aos profissionais da educação. Em seguida o vereador dissera que esse requerimento tem como finalidade esclarecer todos os questionamentos levantado encima do projeto de lei, relacionado aos professores, sobretudo pedi ao colegas a apreciação e aprovação do plenário para tal requerimento, que posteriormente será remetido para a prefeitura municipal. Usando a tribuna plenária. o professor Luiz Felipe abordou todos os estudos feitos pela APLB para a elaboração do projeto em questão, frisando a luta do movimento da classe durante anos, para adquire seus direitos, na oportunidade o mesmo dissera que o projeto de lei em si do município de Irece é muito cruel com os precatórios, que la retira tanto o imposto de renda como os juros, e quando esse esqueleto de projeto foi chegado para a gestão, foi discutido com a prefeita junto a comissão da APLB e o corpo jurídico da prefeitura que a classe não aceitaria que se retirasse os juros do montante, em fim, após a análise o projeto foi elaborado com a gestão. Não havendo mais nada a tratar a senhora presidente agradeceu a presença e encerrou a sessão. Para constar foi lavrada a ata que após ser lida e aprovada seguiu assinada pelos vereadores e encerrada pela presidente Maria Aparecida Santana da Silva Neiva.

Celso Augusto de Jesus
 Humberto Henrique
 Maria Gelaine Bonfim dos Santos
 Vitorias Barbosa Pereira
 Guimaelton Reis de Jesus,
 Edley Cristian V.D. Bastos
 Geovane Souza Batista
 Paulo Augusto
 Liriani Teixeira Cardoso Pereira
 Maria Aparecida Santana da S. Neiva.